



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

CLIPPING

Mídia Impressa

- 10/05/2017 -

CARREIRAS // PREVIDÊNCIA

CONJUNTURA »

Reforma da Previdência só adia rombo até 2025

Estudo da Instituição Fiscal Independente mostra que se as mudanças nas regras da aposentadoria não forem aprovadas já não será possível cumprir o teto dos gastos públicos em 2022 e o governo terá que suspender reajustes de servidores e do salário mínimo

ROSANA HESSEL

Um dos maiores trunfos políticos do presidente Michel Temer — a aprovação da emenda constitucional que instituiu o teto para o crescimento dos gastos públicos — pode estar comprometido a partir de 2022 se a Reforma da Previdência não for aprovada, avisou a Instituição Fiscal Independente (IFI). Um levantamento feito pela entidade ligada ao Senado Federal e divulgado ontem mostrou que o quadro fiscal é muito mais preocupante do que parece. Mesmo se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287/2016, que trata das novas regras de aposentadoria e tramita na Câmara dos Deputados, for aprovada, apenas vai adiar o problema até 2025.

Pelas projeções da IFI, a margem para ajuste nas despesas para a União cumprir o teto ficará negativa em 2025, ou seja, o limite dos gastos será descumprido. Com isso, o governo federal será obrigado a

utilizar os gatilhos previstos na emenda constitucional, como suspender reajustes de servidores e não realizar concursos. “Quando atingir o teto, o próprio Legislativo não poderá aprovar nada que implique aumento de gastos. E o governo será obrigado a adotar medidas que evitem o aumento real de despesas, como conter o aumento do salário mínimo”, avisou o economista Felipe Salto, diretor-executivo da IFI.

Pelas contas de Salto e sua equipe da IFI, a margem fiscal passível de corte, neste ano, é de R\$ 114 bilhões. Esse dado é a diferença entre as despesas obrigatórias e as discricionárias sujeitas ao teto que está limitado a 7,2% de aumento. A margem fiscal é composta por investimentos e despesas de custeio administrativo. Essa última representa quase metade do montante: R\$ 52 bilhões. O restante é dividido em desembolsos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com R\$ 31 bilhões, e no Minha Casa Minha Vida, com R\$ 8 bilhões. Outros investimentos somam R\$ 23 bilhões.

Sem a reforma previdenciária, a margem fiscal vai encolhendo de forma mais acelerada do que se a PEC 287/2016 for aprovada, conforme o estudo da IFI. Isso ocorre porque o aumento das despesas obrigatórias, como os gastos com pessoal e com a

Previdência, tradicionalmente, é acima da inflação, logo eles tendem a consumir uma fatia cada vez maior das despesas totais, reduzindo a margem fiscal que pode ser cortada. Sem o freio da reforma, a margem ficará negativa em 2022. E, com a aprovação da PEC, esse espaço para ajuste ficará positivo por apenas mais dois anos. Assim, em três anos, ou seja, em 2025, o saldo voltará a ser negativo em R\$ 6 bilhões. “Isso mostra que a Reforma da Previdência hoje não é suficiente para cumprir o teto amanhã. O governo precisará tomar medidas adicionais, como a revisão de gastos de custeio e das despesas com pessoal”, avisou.

O teto para o aumento das despesas da União, a partir deste ano, é limitado à inflação. Essa medida é considerada positiva pelo mercado para conter o crescimento real dos gastos públicos, como forma de manter o aumento da dívida pública, que, pelas projeções da IFI, ainda não revisadas, chegará a 76,9% do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Salto compara a emenda do teto a uma rodovia sem limite de velocidade ou sinalização. “As reformas estruturais e as medidas adicionais para conter os gastos serão as placas para tornar essa via segura”, emendou.

Discrepância

Mas o quadro tende a ser pior do que o projetado pela IFI, pois as estimativas não consideram as





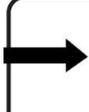
recentes alterações, feitas no texto da PEC 287/2016, que reduziram em, pelo menos, 24% a economia inicial prevista pelo governo federal, passando de R\$ 793 bilhões para R\$ 604 bilhões entre 2018 e 2027. A IFI manteve as projeções de crescimento econômico do Produto Interno Bruto (PIB) para 2017, de 0,46%. A previsão, agora, está alinhada com a do governo federal, que revisou, no fim de março, sua estimativa para este ano, de 1,6% para 0,5%.

No entanto, as expectativas para 2018 são distintas entre os dois organismos, evidenciando a discrepância nas projeções de receita do governo, que devem ser novamente frustradas no ano que vem porque a economia ainda vai se recuperar em um ritmo mais lento. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) prevê déficit primário de até R\$ 129 bilhões, o equivalente a 1,9% do PIB. Para a IFI, o rombo será maior, de R\$ R\$ 163,9 bilhões, ou 1,9% do PIB.

Disputa na comissão mista de orçamento

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), decidiu indicar o senador Dário Berger (PMDB-SC) como presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A decisão foi tomada após o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente em exercício da comissão, indicar o deputado Cacá Leão (PP-BA) como relator-geral da Lei Orçamentária Anual de 2018 sem que haja acordo para a escolha dos integrantes da comissão. “O regimento interno diz que o mais idoso pode convocar a reunião apenas para realizar a eleição, mas ele não pode indicar o relator. É muita presunção”, afirmou Renan. O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu que o acordo seja firmado para evitar que a CMO trabalhe sob disputa. “Isso vai inviabilizar a comissão de orçamento o ano inteiro”, ponderou. Desde 28 de março, quando foi instalada, cerca de seis sessões foram suspensas pela falta de acordo. Pelas regras da CMO, a presidência do colegiado, neste ano, deverá ser exercida por um senador do PMDB. Valadares convocou nova sessão para hoje.





Telhado de vidro

Mesmo que a Reforma da Previdência seja aprovada, a margem fiscal só dura até 2025, pelas estimativas da IFI

Evolução (em R\$ bilhões)

Item	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Despesas sujeitas ao teto	1.302	1.351	1.411	1.475	1.534	1.595	1.651	1.709	1.760	1.813
Obrigações sem reforma	1.188	1.254	1.336	1.421	1.507	1.597	1.686	1.780	1.872	1.968
Obrigações com reforma	1.188	1.246	1.318	1.392	1.466	1.542	1.616	1.693	1.767	1.842
Margem fiscal* sem reforma	114	96	76	54	27	-1	35	-71	-122	-155
Margem fiscal* com reforma	114	105	94	83	68	54	35	6	-29	-55



Excesso de otimismo

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2018, enviado ao Congresso Nacional, tem estimativas que deverão ser corrigidas como ocorreu com a meta de 2017

Resultado primário do governo central (Em R\$ bilhões)**

Previsões	2018	2019	2020
PLDO 2018	-129,0	-65,0	10,0
Projeção IFI	-163,9	-140,4	-123,4

* despesas passíveis a cortes para o cumprimento do teto
** engloba as contas de Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central

Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI)



Thiago Fagundes/CB/D.A Press

Despesa com servidor é problema

As despesas com a Previdência Social não são as únicas que crescem acima da inflação e que precisam ser controladas para evitar o estouro das contas públicas, avisam os especialistas. Com uma máquina inchada e com regras não muito duras para muitas categorias na reforma Previdenciária, os gastos com o funcionalismo continuarão crescendo em ritmo maior do que os com aposentadorias nos próximos anos.

De janeiro a março deste ano, o governo federal conseguiu reduzir em 4,9% as despesas totais, em termos reais (descontada a inflação), na comparação com o mesmo período de 2016. Mas, na contramão, os gastos com pessoal ficaram 7,1% maiores do que o custo de vida e acima da alta de 5,2% dos desembolsos com a Previdência, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

“Os reajustes impactaram fortemente as despesas com pessoal e a tendência é que continuem crescendo acima da inflação nos próximos anos. Como o teto de gastos não limita isso, o governo terá de escolher cortar outras despesas, já que contratou esses reajustes até

2019. Esse é um dos fatores que pode complicar o cumprimento da meta fiscal”, explicou a economista Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV).

“A menos que o governo revogue essa lei, terá mais um problema político a enfrentar”, destacou. Com base em dados divulgados pelo governo, ela ressaltou que o impacto fiscal desses reajustes será de R\$ 23,8 bilhões, neste ano, e de R\$ 32,8 bilhões, em 2018. Logo, para cumprir a emenda do teto, o Planalto terá que escolher. “Para compensar o aumento dessas despesas que crescem em ritmo mais acelerado do que as demais, o governo vai continuar cortando os investimentos que não gritam”, lamentou o economista Roberto Ellery, professor da Universidade de Brasília (UnB). “Em qualquer país do mundo, quando a economia está em recessão, uma das primeiras coisas que um governo sério faz é congelar os reajustes do funcionalismo e, em casos extremos, até reduzir salários como forma de conter despesas”, afirmou.

Para o diretor executivo da

Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, em breve, o governo não vai conseguir fugir do problema dos gastos com o funcionalismo, que tendem a crescer historicamente acima da inflação, “em média”, um ponto percentual por ano. “Para conseguir cumprir o teto, o governo vai ter que rever muitas despesas, entre elas a com pessoal e as de custeio, renegociando os contratos e acordos”, comentou.

Entre os servidores, no entanto, não há o temor de que o governo descumpra os acordos dos reajustes acima da inflação para cumprir a emenda do teto. “Isso não vai acontecer em hipótese alguma”, disse o presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques. Segundo ele, 90% dos servidores ativos que fizeram acordos com a União fecharam o reajuste para receber em dois anos, ou seja, com a última parcela prevista para este ano. Já o pagamento dos 10% restantes da massa do funcionalismo, que deve ter correção de 5,5%, em 2018, e de 5%, em 2019, “o impacto não deve onerar tanto nem acarretar cortes expressivos”. (RH, colaborou Rodolfo Costa)

Economia

3 - Correio Braziliense - 10 de maio de 2017, às 10h30 - Edição 2017

Indicador de Inflação: 1,11%

Índice de Preços ao Consumidor: 0,12%

Salário Mínimo: R\$ 937

Preço do Petróleo: R\$ 3,185

Preço do Ouro: R\$ 3,463

Preço do Dólar: 14,06%

Preço do Euro: 10,17%

CONJUNTURA
 Estudo da Investição Fiscal Independente mostra que se as mudanças nas regras da aposentadoria não forem aprovadas já não será possível cumprir o teto dos gastos públicos em 2022 e o governo terá que suspender reajustes de servidores e do salário mínimo

Reforma da Previdência só adia rombo até 2025

Um estudo realizado pela Investição Fiscal Independente (IFI) mostra que se as mudanças nas regras da aposentadoria não forem aprovadas já não será possível cumprir o teto dos gastos públicos em 2022 e o governo terá que suspender reajustes de servidores e do salário mínimo.

U m estudo realizado pela Investição Fiscal Independente (IFI) mostra que se as mudanças nas regras da aposentadoria não forem aprovadas já não será possível cumprir o teto dos gastos públicos em 2022 e o governo terá que suspender reajustes de servidores e do salário mínimo.

O estudo, publicado em maio, analisou o impacto das mudanças propostas no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e no Regime Especial de Previdência Social (REPS) para o período de 2017 a 2025. Segundo o estudo, as mudanças propostas não são suficientes para garantir o cumprimento do teto dos gastos públicos em 2022, o que pode levar o governo a suspender reajustes de servidores e do salário mínimo.

Telhado de vidro
 Média da Política de Previdência após aprovação, a longo prazo até 2025, sob o teto dos gastos

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Salário Mínimo (R\$)	937	937	937	937	937	937	937	937	937
Preço do Petróleo (R\$/barrel)	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185
Preço do Ouro (R\$/onça)	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463
Preço do Dólar (R\$/US\$)	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06
Preço do Euro (R\$/€)	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17



Disciplina

Uma agenda mais rígida para o setor público é necessária para garantir o cumprimento do teto dos gastos, segundo o estudo da IFI.

Para isso, o estudo sugere a criação de um Conselho de Disciplina do Setor Público, que teria a função de monitorar e controlar os gastos do setor público. O conselho seria formado por representantes de diferentes setores do governo e teria o poder de aplicar sanções aos órgãos que não cumprirem as regras estabelecidas.

Despesa com servidores
 Média da Política de Previdência após aprovação, a longo prazo até 2025, sob o teto dos gastos

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Salário Mínimo (R\$)	937	937	937	937	937	937	937	937	937
Preço do Petróleo (R\$/barrel)	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185	3,185
Preço do Ouro (R\$/onça)	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463	3,463
Preço do Dólar (R\$/US\$)	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06	14,06
Preço do Euro (R\$/€)	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17	10,17

Despesa com servidor é problema

A despesa com servidores é um dos maiores problemas do setor público, segundo o estudo da IFI. O estudo aponta que a despesa com servidores representa cerca de 30% do total dos gastos do setor público.

Para reduzir essa despesa, o estudo sugere a implementação de medidas de contenção de custos, como a redução de salários e a contratação de servidores temporários. Além disso, o estudo também sugere a criação de um Conselho de Disciplina do Setor Público, que teria a função de monitorar e controlar os gastos do setor público.

Diagnóstico na previdência pública da Argentina

O estudo também analisou o diagnóstico da previdência pública da Argentina. Segundo o estudo, a previdência pública da Argentina enfrenta sérios problemas financeiros e operacionais.

Os principais problemas identificados incluem a falta de recursos financeiros, a baixa arrecadação de contribuições e a alta despesa com benefícios. Além disso, o estudo também aponta para a necessidade de reformas estruturais no sistema previdenciário argentino.

Para a IFI, a implementação dessas medidas é essencial para garantir o cumprimento do teto dos gastos e a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro.

O estudo também sugere a criação de um Conselho de Disciplina do Setor Público, que teria a função de monitorar e controlar os gastos do setor público. Além disso, o estudo também sugere a implementação de medidas de contenção de custos, como a redução de salários e a contratação de servidores temporários.

TRABALHO »**Parecer vai a plenário com uma modificação**

Deputados acatam alteração ao texto base da Previdência que dá competência à Justiça estadual em questões de acidente de trabalho. Expectativa é que votação termine este mês

ALESSANDRA AZEVEDO

A comissão especial que discute a reforma da Previdência na Câmara votou ontem os 10 destaques que estavam pendentes desde que a reunião anterior, na última quarta-feira, foi suspensa após invasão de agentes penitenciários insatisfeitos com o parecer do relator, Arthur Maia (PPS-BA). Conforme esperado pelo presidente do colegiado, Carlos Marun (PMDB-MS), os deputados só aceitaram uma das 10 alterações sugeridas ao texto base.

A única mudança no parecer, aprovada por unanimidade, foi no sentido de manter a competência compartilhada entre a Justiça federal e a estadual para julgar demandas contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre acidentes de trabalho. A proposta do governo, ratificada pelo relator, deslocava essas ações para a Justiça federal, o que poderia se tornar um obstáculo para os segurados.

A aprovação foi garantida por acordo entre a base governista e a oposição. Em troca, o líder do PPS na Câmara, Arnaldo Jordy (PPS-PA), que é contrário à reforma, concordou em retirar outro destaque do partido, que incluía agentes penitenciários nas regras de aposentadoria especial concedidas aos demais policiais. Ficou decidido, então, que a inclusão ou não da categoria só será feita no plenário da Casa.

Na quarta-feira, um acordo semelhante resultou na invasão dos agentes penitenciários na Câmara, o que levou à suspensão dos trabalhos da comissão. Para evitar que o problema se repetisse, policiais militares e legislativos impediram a entrada de pessoas que não fossem parlamentares, funcionários da casa ou credenciados.

Rejeitados

Todos os outros destaques foram rejeitados. Entre eles, um que tinha como objetivo manter como é hoje a forma de cálculo da contribuição para a aposentadoria rural. O colegiado também disse não ao destaque que visava preservar o tempo mínimo de contribuição de 15 anos.

Os três destaques propostos pelo PT também não foram aceitos. Um deles buscava eliminar as mudanças no acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), de um salário mínimo, concedido a idosos e deficientes de baixa renda, sem necessidade de comprovar contribuição. A ideia era manter a idade de acesso em 65 anos, enquanto o relator propôs 68.

Também foram rejeitados dois destaques que tinham o objetivo de garantir a paridade e a integralidade aos funcionários que ingressaram no serviço público antes de 2003, sem necessidade de completar idade mínima de 62 anos (mulheres) e de 65 (homens). O assunto deve ser retomado em plenário.

O texto segue agora para o plenário da Câmara. Lá, precisará de votos favoráveis de 308 deputados, em dois turnos, para ser aprovado. A expectativa do governo é que essa etapa seja concluída ainda em maio. O texto aprovado será enviado ao Senado Federal e também precisará ser aprovado em dois turnos, com pelo menos 49 votos favoráveis.

Comissão aprova reforma da Previdência

Nova versão alterou pontos centrais do projeto original do governo, atenuando o impacto das mudanças

LAÍS ALEGRETTI
DANIEL CARVALHO
DE BRASÍLIA

Um mês depois do previsto, o governo Michel Temer conseguiu concluir nesta terça-feira (9) a votação da proposta de reforma da Previdência na comissão especial da Câmara dos Deputados.

O texto, que alterou os principais pontos da proposta do governo e atenua o impacto das mudanças em aposentadorias e pensões, segue para análise do plenário da Casa.

No governo, não há consenso sobre a data da próxima votação. Uns mantêm a previsão feita no início da semana final de maio, outros dizem que não há prazo.

A votação pelos 513 deputados, no plenário, será o

maior teste da reforma da Previdência, que precisa do apoio de pelo menos 308, em dois turnos, antes de seguir para o Senado.

O relator do projeto, deputado Arthur Maia (PPS-BA), espera 330 votos na Câmara. O número é o mesmo da lista de parlamentares que devem ser contemplados com a liberação de recursos para bancar obras e projetos em suas bases eleitorais. O dinheiro seria liberado nas próximas três semanas para aqueles que se comprometerem a votar pela reforma.

Há duas semanas, o governo avaliava contar com apenas 150 votos na Câmara.

A comissão voltou a se reunir nesta semana depois de a reunião ter sido interrompida pela invasão de agentes penitenciários na quarta (3), quando foi aprovado o texto-base e se iniciou a análise de destaques que propunham alterações no texto.

Nesta terça, a reunião foi retomada com a análise de dez destaques, dos quais no-

ve foram derrubados.

Foi aprovado um destaque que eliminou do texto o trecho que retirava da Justiça Estadual e passava para a esfera federal a competência de julgar casos de benefícios acidentários da Previdência. A proposta foi apresentada por partidos da base de Temer (PTB, PROS, PSL e PRP).

O governo defende que a concentração dos casos na Justiça Federal poderia reduzir os custos administrativos.

Na semana passada, instantes antes da invasão, o governo negociou a aprovação desse destaque em troca de deixar para o plenário uma eventual mudança nas regras dos agentes penitenciários, que reivindicam as mesmas regras aprovadas para policiais federais e legislativos.

SEGURANÇA

O Congresso amanheceu com um forte esquema de segurança para evitar a ocorrência de manifestações nesta terça, com grades em torno de toda a área do prédio,





além de reforço policial.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) criticou o uso de armas de fogo pelos policiais legislativos no interior da Câmara, o que não é usual.

Havia manifestantes fora do prédio, mas eles não entraram na Câmara e não houve confronto com a polícia.

IDADE MÍNIMA

A primeira grande mudança do texto aprovado em relação à proposta original do governo Temer foi a diferenciação da idade mínima de aposentadoria da mulher na regra geral.

O relatório propõe 62 anos para elas e 65 anos para eles. O tempo de contribuição de 25 anos foi mantido para os dois gêneros. A regra de transição e o prazo para atingir o valor máximo do benefício também mudaram.

Com as mudanças, a economia prevista para os próximos dez anos caiu de R\$ 800 bilhões (cinco vezes o deficit atual) para R\$ 600 bilhões, segundo estimativa oficial.

Em reunião com Temer, Renan diz que PMDB não pode 'degringolar' na defesa de projetos

DE BRASÍLIA

Em reunião com o presidente Michel Temer nesta terça-feira (9), o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), disse que é preciso “saber até onde ir” na defesa das reformas trabalhista e da Previdência, que, segundo ele, têm compromisso com o “capitalismo selvagem”.

Crítico contumaz às mudanças propostas pelo Planalto, Renan disse que a bancada do PMDB tem que ajudar a “estabilizar o governo”, mas não pode “degringolar” no debate das medidas.

“Entendo que o papel de Temer é esse [defender as reformas], e a bancada do PMDB, na medida do possível, tem que colaborar e incentivar o capital, mas não podemos degringolar, passar da linha da bola para dizer que nossos compromissos nas reformas são compromissos com o capitalismo selvagem”, disse Renan.

“É preciso ajudar o presidente Michel para que a gente tenha um ponto de equilíbrio nessas reformas”, completou, segundo relatos de participantes.

Em tom irônico e a portas fechadas, o senador disse que “nada substitui” um encontro em que “gente crescendo” consiga discutir estratégias e encaminhamentos.

Segundo participantes do encontro, Renan fez ainda

uma pequena deferência a Temer ao dizer que entendia o papel do presidente na defesa das reformas, mas ponderou que é necessário “chamar todo o mundo” para o diálogo antes de aprová-las.

O presidente convocou a bancada do PMDB no Senado para pedir apoio às reformas e também para tentar pacificar Renan, que tem feito críticas duras ao governo.

O líder da bancada peemedebista evitou ataques mais duros diante de Temer, o que foi interpretado por auxiliares do presidente como uma sinal de que o diálogo ainda está aberto.

Assessores de Temer dizem que um rompimento com Renan agora —e sua destituição da liderança da bancada do

PMDB no Senado— não interessa ao governo.

Na noite desta terça (9), senadores do PMDB participaram de um jantar na casa de Marta Suplicy (SP) para debater a situação de Renan na liderança da bancada. O incômodo de parte dos peemedebistas é que ele faz críticas ao governo e às reformas sem consultá-los e que é preciso colocar um freio nisso.

SURPRESA

Renan surpreendeu o governo ao comparecer ao encontro com Temer. Ele decidiu participar para evitar seu isolamento na bancada, dias depois do início de um movimento para retirá-lo da liderança do PMDB.

Embora o presidente tenha aprovado sua presença, a avaliação no Planalto é que a posição pode não representar uma mudança definitiva de comportamento.

Nas palavras de um assessor presidencial, Renan é um político de “idas e vindas” e há o risco de essa eventual aproximação ser apenas mais um “jogo de cena”.

O presidente não conta mais com a possibilidade de reaproximação com Renan, mas a intenção é manter uma distância segura em relação ao senador. (MARINA DIAS, BRUNO BOGHOSSIAN, TALITA FERNANDES E GUSTAVO URIBE)

“A bancada do PMDB, na medida do possível, tem que colaborar e incentivar o capital, mas não podemos degringolar, passar da linha da bola para dizer que nossos compromissos nas reformas são com o capitalismo selvagem”

RENAN CALHEIROS (AL)
líder do PMDB no Senado

Temer oferece mudança via MP para evitar atraso na reforma trabalhista

DE BRASÍLIA

Em manobra para evitar atrasos na aprovação da reforma trabalhista, o presidente Michel Temer se comprometeu a editar uma medida provisória para contemplar as alterações no projeto cobradas pela base aliada.

Em troca, o Senado votaria a favor do texto aprovado pelos deputados no fim de abril. Assim, o governo evita mudanças que forçariam uma nova votação na Câmara.

A oferta de editar uma MP para “aperfeiçoar” a nova legislação trabalhista em troca da aprovação do texto atual foi feita pelo presidente em reunião com a bancada de senadores do PMDB, liderada por Renan Calheiros (AL), que é crítico do projeto.

Temer pretende acolher sugestões dos senadores. Integrantes da base aliada cobram, por exemplo, mudanças em trechos que tratam de jornadas intermitentes e o direito de lactantes de trabalhar em locais insalubres.

“Se quiserem resolver isso na reforma trabalhista, são soberanos para isso, mas, se quiserem resolver por meio de uma MP, porque é mais ágil, eu já boto em execução imediata”, afirmou Temer.

A proposta de edição de uma MP é uma tentativa de neutralizar críticas de senadores da base aliada, como Renan, que afirmam que a reforma coloca direitos em risco. Temer apontou que a medida poderia incluir proteções aos trabalhadores.

“Os senhores podem me ajudar muitíssimo invocando outras questões, para mostrar que estamos trabalhando pela área social. Não vamos permitir que digam por aí que nós estamos prejudicando os projetos sociais.”

O governo quer acelerar a aprovação da reforma trabalhista para limpar a pauta do Congresso e dar atenção às mudanças na Previdência.

O uso de MPs é recorrente na gestão peemedebista. Em um ano, o presidente editou

mais medidas que Dilma Rousseff e Lula. Em 1997, quando presidia da Câmara, Temer criticou o mecanismo e disse que se tratava de um “abuso de autoridade”.

O governo também pretende criar, via MP, salvaguardas à nova legislação da terceirização. A ideia é estabelecer regras para evitar a “pejotização”, contratação do trabalhador como pessoa jurídica.

Temer afirmou que a reforma da Previdência é “saborosa para a oposição e amarga para a situação” e disse que as mudanças não retiram direitos dos trabalhadores.

“A questão trabalhista é uma luta política. Não há violação alguma a direito algum, é que as pessoas acham que, se não tiver na lei, não vale”, disse Temer, segundo participantes do encontro.

“Até parece que chegamos aqui para destruir os trabalhadores. O destino me colocou aqui para cumprir uma missão difícil, complicada.”





O senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que deve apresentar pedido para que a reforma trabalhista seja votada com urgência na Casa. Atualmente, há previsão de que o texto só chegue ao plenário em junho, após passar em três comissões. (BRUNO BOGHOSSIAN, TALITA FERNANDES, GUSTAVO URIBE E MARINA DIAS)

REFORMA TRABALHISTA

Principais pontos aprovados na Câmara

> Acordos e convenções coletivas

Passam a prevalecer sobre CLT em temas como jornada, intervalo para almoço e plano de cargos, salários e funções

> Jornada parcial

Hoje limitada a 25 horas semanais, é ampliada para 30 horas (sem hora extra), ou 26 horas com 6 horas extras, o que diminui a diferença para a jornada integral (44 horas)

> Horas extras

Banco de horas poderá ser negociado individualmente, fora do acordo coletivo

> Grávidas e lactantes

Para ser dispensada do trabalho em atividades que ofereçam risco, mulher terá que apresentar atestado médico que comprove que a insalubridade do local ou da atividade que exerce colocam em risco a saúde

> Demissão

É criado novo tipo de demissão em que profissional e empresa rescindem contrato em comum acordo, o que dá direito a 50% da multa e do aviso prévio e a 80% do FGTS

> Autônomos

Poderão fazer contrato com exclusividade e continuidade, sem que isso configure vínculo empregatício

Previdência é aprovada com uma só mudança

Entre os destaques apresentados ao projeto, ficou apenas o que mantém a Justiça estadual como fórum para acidentes de trabalho

Idiana Tomazelli, Adriana Fernandes e Igor Gadelha / Brasília

A comissão especial da Câmara rejeitou ontem praticamente todos os destaques apresentados ao texto da reforma da Previdência aprovado na semana passada. Com isso, o projeto segue agora para o plenário da Câmara, onde o governo ainda tenta arregimentar os 308 votos necessários para sua aprovação. O único destaque aprovado ontem foi o que manteve a competência da Justiça Estadual para julgar ações envolvendo benefícios previdenciários e por acidente de trabalho. A medida pode trazer prejuízos aos cofres da União. Outros nove destaques, que poderiam mexer em regras centrais, como o tempo mínimo de contribuição de 25 anos, foram rejeitados.

A sessão durou mais de nove horas e teve o início marcado por obstrução da oposição e uma nova tentativa de invasão dos agentes penitenciários na Câmara.

O acordo para manter a atuação da Justiça Estadual nessas ações,

apurou o Estado, foi costurado nos bastidores depois de outro acerto feito na semana passada, no qual o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) assegurou o apoio a esta votação em troca da retirada da proposta de aposentadoria especial para agentes penitenciários, cujo destaque era de sua autoria. A negociação foi o estopim para que agentes da categoria invadissem a Câmara dos Deputados na última quarta-feira, 3.

O acerto foi confirmado ao Estado por duas fontes credenciadas. O líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também admitiu a negociação para adiar a decisão sobre os agentes penitenciários em troca de manter a competência da Justiça Estadual. Faria de Sá, no entanto, nega qualquer relação entre as duas votações e diz que retirou o destaque dos agentes porque não havia apoio suficiente. Eventual rejeição da regra especial para a categoria, porém, não inviabilizaria nova votação da proposta no plenário. Por isso, os parlamentares foram chamados de traidores pelos agentes.

A Justiça Estadual tem hoje a prerrogativa de julgar ações envolvendo benefícios previdenciários ou por acidente de trabalho, como é o caso da

concessão de auxílio-doença. O governo federal propôs mudar essa regra, remetendo todas as ações à Justiça Federal, já que a União é parte envolvida. Mas a comissão especial derrubou essa previsão em votação simbólica, contrariando o acordo de procedimento de que todas as votações seriam nominais.

Prejuízo. A grande questão, segundo uma fonte, é que o julgamento pela Justiça Estadual acaba sendo um ótimo negócio para os beneficiários e escritórios que atuam nas defesas. Juízes concedem liminares determinando à União a concessão do benefício, antes mesmo da perícia médica. A jurisprudência estadual é mais favorável do que sentenças de varas federais.

Técnicos do governo admitem que a mudança pode trazer prejuízo aos cofres federais, pois a transferência das ações para a Justiça Federal traria economia nas despesas com perícias, cujo custo é maior na Justiça Estadual. A União também ficaria dispensada de pagar as demais custas processuais. O deputado opositor Alessandro Molon (Rede-RJ) defendeu a aprovação do destaque. "O texto do relator dificultaria acesso à Justiça, sobretudo envolvendo casos no interior do Brasil", disse.

Sem reforma, teto de gastos deve estourar em 2022

Lu Aiko Otta / Brasília

Sem a reforma da Previdência, o governo conseguirá cumprir o limite de crescimento dos gastos públicos no máximo até 2022. Com ela, haverá fôlego extra e o teto poderá ser preserva-

do até 2025. É o que mostra uma simulação apresentada ontem pelo diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto. "É bastante", afirmou ele, ao ser questionado a respeito da sobrevivência de apenas três anos que a reforma previdenciária dará ao teto dos gastos. "Significa que o teto pode ser sustentado até 2025, que é 80% do primeiro tempo do jogo." Ele se refere aos dez primeiros anos da regra do teto, a serem completados em 2027. Depois, poderá haver uma revisão do indexador, para ser aplicado na década seguinte.

Para sustentar o teto até 2027, porém, é necessário que a reforma seja aprovada com texto próximo do original, preservando principalmente a regra da idade mínima. O governo precisaria, ainda, tomar medidas adicionais, como suspender reajustes salariais ao funcionalismo, inclusive alguns já acordados, parar novas contratações e renegociar contratos com fornecedores. Salto mantém essa avaliação mesmo

considerando fatores que pioram o cenário da simulação. Por exemplo: os cálculos foram feitos com base na proposta original do governo, mas já foram feitas modificações que reduzirão seus efeitos. Eles consideram, também, que o governo cortaria todos os gastos possíveis, o que significaria não pagar contas de luz ou telefone.

Admitindo que parte das despesas "cortáveis" será mantida, mais ou menos como foi feito este ano, a simulação conclui que o teto de gastos "estouraria" entre 2019 e 2020 sem a reforma, e entre 2021 e 2022 com a reforma. "A primeira coisa que esse exercício mostra é que cumprir o teto não é nada trivial", disse Salto. Outra conclusão é que, sem a reforma, ele se inviabiliza. "É uma condição necessária, mas não suficiente." E que são necessárias mais reformas para dar sobrevivência ao teto. Do contrário, o governo poderá se ver forçado a descumprir o limite constitucional ou atrasar o pagamento de despesas.

A projeção da IFI para as contas públicas aponta para déficits de R\$ 163,9 bilhões em 2018, R\$ 140,4 bilhões em 2019 e R\$ 123,4 bilhões em 2020 - quando o governo já espera resultado positivo de R\$ 10 bilhões.

Governo tenta acelerar reforma trabalhista

Temer prometeu mudar pontos consensuais do texto por meio de medida provisória, para que a proposta não tenha de voltar para a Câmara

Julia Lindner / Brasília

Para garantir celeridade na tramitação da reforma trabalhista no Congresso, o presidente Michel Temer se comprometeu com senadores do PMDB a modificar alguns pontos do texto com a edição de uma medida provisória (MP) e de vetos presidenciais, desde que sejam temas "consensuais". O objetivo é que o Senado aprove a proposta que passou pela Câmara no fim de abril sem fazer modificações, para que o texto não precise voltar a ser apreciado pelos deputados. Caso contrário, governistas estimam que a votação do projeto poderia levar até um ano para ser concluída.

Um dos principais trechos destacados por peemedebistas é o que regulamenta o trabalho intermitente, em que o trabalhador será pago somente pelas horas de serviço, e do teletrabalho, o trabalho em casa. A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) considera que falta clareza" no ponto, para ficar estabelecido que esse tipo de contrato seria "a exceção e não a regra". A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) disse que é preciso especificar qual será a regra de salário, se o trabalhador precisará ficar à disposição do

empregador e por quantas horas será demandado.

Outro ponto citado na reunião é o que exige autorização de trabalho de gestante ou lactante em ambiente insalubre. Pelo projeto, a trabalhadora terá de apresentar atestado médico que comprove que o ambiente não afetará a saúde do bebê, além de não oferecer risco à gestação ou à lactação. Para alguns parlamentares, entretanto, é preciso delimitar qual profissional determinará se o ambiente é insalubre ou não.

Abertamente contrário ao texto aprovado pela Câmara, o líder da bancada, Renan Calheiros (PMDB-AL), se posicionou contra o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical durante a reunião. Ele surpreendeu o governo ao comparecer ao encontro com o presidente, já que nos últimos dias fez duras críticas à agenda de reformas de Temer. Ao menos por hora, ele mostrou disposição de retomar o diálogo.

Ontem, Renan indicou Dário Berger (PMDB-SC) para presidir a Comissão Mista de Orçamento, depois de desistir da indicação da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), após ela o ter repreendido por seus discursos contra as agendas reformistas.

Tramitação. A proposta de Temer deve facilitar a tramitação do projeto no Senado. O presidente

da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE), declarou que a proposta pode ser "resolvida" na Casa em um período de dez a 15 dias. Segundo a assessoria de Eunício, ele se referia ao período em que o projeto pode ser votado nas três comissões.

Eunício negou um apelo do senador Jorge Viana (PT-AC), feito durante reunião de líderes partidários, para que a proposta tenha calendário de no mínimo 30 dias de tramitação. O texto, aprovado pela Câmara em 26 de abril, chegou ao Senado oficialmente há uma semana. Eunício marcou duas sessões de debate no plenário nesta e na próxima semana, além das outras duas audiências públicas já previstas para as comissões até o dia 17. Com o fim da discussão, o projeto ficaria disponível para votações.

Para o prazo previsto por Eunício ser possível, a Secretaria-Geral da Mesa diz que pelo menos 54 senadores precisam aprovar requerimento de urgência para levar a votação diretamente ao plenário. A proposta tramita simultaneamente nas Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais. Alguns senadores do PMDB consideram que, mesmo sem urgência, seria possível aprovar a reforma nos colegiados em até duas semanas. / COLABOROU ERICH DECAT

Ministro da Justiça perde força no Planalto

Auxiliares de Temer dizem que Osmar Serraglio não tem dimensão dos problemas no campo nem capacidade para discutir questões da Lava Jato

Carla Araújo e Leonencio Nossa

Deputado licenciado do PMDB do Paraná, o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, virou motivo de preocupação e desconforto para o Palácio do Planalto por causa de atuações na área de segurança pública, nas negociações com o Congresso, no debate sobre a Operação Lava Jato e na discussão indígena. Na semana passada, Temer pediu ao ministro da Defesa, Raul Jungmann, para coordenar articulação com autoridades do Rio de Janeiro de um plano de combate à violência.

O Planalto avalia que as mudanças feitas na estrutura do Ministério da Justiça, no tempo de Alexandre de Moraes, primeiro ministro do governo Michel Temer na pasta, foram paralisadas. Na gestão de Serraglio, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada à pasta, teve os trabalhos prejudicados.

Assessores do presidente dizem ainda que a advogada-geral da União, Grace Mendonça, tem socorrido o governo nos debates envolvendo as polícias e outros temas de segurança.

Questão indígena.

Serraglio é considerado um peso na imagem do governo e nos entendimentos com o Congresso. Depois de sobreviver à Operação Carne Fraca, em março, quando teve conversas polêmicas com envolvidos num esquema de propina, o ministro trouxe novos desconfortos ao Planalto pela falta de “sensibilidade” na questão de violência no campo.

No início do mês, ele divulgou nota chamando de “supostos índios” homens de uma aldeia gamela, no Maranhão, atacados com armas e facões por fazendeiros. Na avaliação de auxiliares do presidente, o ministro não tem dimensão do problema indígena. Serraglio é criticado ainda pela demissão de Antônio Fernandes Toninho Costa do comando da Fundação Nacional do Índio (Funai). Auxiliares de Temer dizem que a crítica ao ministro foi atenuada pelo fato de Costa ter feito duras críticas ao governo.

Eles observam que, na época de Dilma Rousseff, o ministro José Eduardo Cardozo engavetava processos de terras, mas não causava constrangimentos semelhantes.

Despreparo.

Auxiliares de Temer relatam que Serraglio não conseguiu se fixar nem mesmo no grupo de juristas e

advogados que discutem no Planalto os desdobramentos da Operação Lava Jato. O ministro ainda virou alvo do próprio partido. A bancada do PMDB não esconde, nas conversas com o presidente, a insatisfação. Parlamentares têm dito ao Planalto que Serraglio não tem formação sólida na área jurídica nem uma posição firme, como ocupantes da pasta em outros governos.

Eles costumam citar a atuação de Márcio Thomaz Bastos, um conselheiro do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo também considerou um erro de Serraglio nomear para a Secretaria de Assuntos Legislativos um aliado político sem credenciais para o posto, o ex-deputado federal Edinho Bez (PMDB-SC).

Defesa.

Procurada pela reportagem, a assessoria de Serraglio disse que “o ministério não se pronuncia sobre um assunto que não existe”. A assessoria informou que ele participou de reunião com Temer, na semana passada, para discutir sobre a violência no Rio e desconhece que o comando do plano de segurança esteja, na prática, nas mãos do ministro da Defesa. Sobre a “insensibilidade” de Serraglio sobre a questão do campo e a fragilidade do ministro em outras áreas, exposta por auxiliares do presidente, a assessoria disse que não se pronunciaria.

Previdência vai à fase decisiva

Base governista derruba maioria dos destaques, e proposta de reforma segue agora ao plenário

Geralda Doca e Bárbara Nascimento

-Brasília- O governo concluiu, ontem, a votação da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, sem alterações significativas. Depois de mais de nove horas de discussão, a bancada governista no colegiado derrubou com folga os destaques que alteravam o texto final da proposta, que segue agora a sua fase decisiva, de apreciação pelos 513 deputados que formam o plenário da Casa. A mudança constitucional precisa de 308 votos, com os quais o governo hoje não conta. Por isso, a reforma só será incluída na pauta quando o Palácio do Planalto estiver confiante de que tem a maioria necessária. Para alcançá-la, será preciso reabrir negociações.

Após a aprovação, o relator da proposta, deputado Arthur Maia (PPS-BA), admitiu que poderá haver modificação no plenário, mas afirmou que o texto defendido pela base e pelo governo é o que saiu ontem da comissão: — Estou convencido de que vamos ter no plenário mais do que os 308 votos necessários.

Porém, dois importantes aliados

do Planalto, o PSDB e o DEM, deixaram claro que defendem novas concessões quando a reforma for apreciada no plenário, como aposentadoria especial para agentes penitenciários e regras de transição para servidores públicos, que querem se aposentar sem ter que atingir idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

— Vamos encaminhar não (contra o destaque), mas na certeza de que o relator vai continuar negociando e que vamos chegar no plenário com uma fórmula consistente de transição — disse o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), ao encaminhar o voto do partido.

O próprio presidente da comissão, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), se comprometeu a defender o pleito dos agentes penitenciários e socio educativos em plenário. Na semana passada, os servidores da categoria invadiram a sala da comissão e forçaram a suspensão dos trabalhos, depois que um destaque que lhes assegurava regras especiais foi retirado.

Para evitar novas ocorrências, a segurança ontem foi reforçada, e o Congresso Nacional amanheceu cercado. Além da Polícia Legislativa, a Polícia Militar do Distrito Federal e o Choque foram escalados para garantir a segurança dentro e fora do prédio. Um grupo de agentes

penitenciários chegou a se concentrar na porta de um dos anexos do prédio, mas não conseguiu entrar. Durante todo o período em que eles estiveram no local, a entrada e a saída de servidores ficaram impedidas.

APENAS UM APROVADO

A restrição à entrada de pessoas não cadastradas no prédio foi alvo de críticas dos parlamentares da oposição e acabou atrasando os trabalhos na comissão. — Acesso da população aqui é princípio. Aqui é a casa do povo, não é ditadura militar — afirmou o deputado Ivan Valente (PSOL-SP).

Marun reiterou diversas vezes que a invasão da semana anterior foi grave e forçou o Parlamento a tomar medidas "excepcionais"! Ele disse que existe um processo em andamento para apurar se houve incitação, por parte de parlamentares, à invasão dos agentes penitenciários na última sessão: — Se chegarmos a essa conclusão, eu vou fazer uma representação. Não há dúvidas de que eu vou pedir o mandato de quem fez, se fez. Esse é um processo que vai andar.

Entre os dez destaques votados pela comissão, apenas um foi aprovado, com o aval do governo: uma emenda que permite que as ações contra o INSS sejam concentradas nas Justiças estaduais.





Hoje, somente processos envolvendo acidentes de trabalho são tratados no âmbito dos estados. A intenção do governo era centralizar tudo na Justiça Federal, mas acabou cedendo à pressão para facilitar a votação na comissão. A ideia, no entanto, é reverter isso em plenário.

A comissão especial derrubou os demais destaques. Vários deles pretendiam mudar substancialmente o texto. Uma das emendas rejeitadas tentava manter o tempo mínimo de contribuição em 15 anos e não alterá-lo para 25 anos, como prevê o texto da reforma. Outro pretendia retirar da proposta os trabalhadores rurais. Outros dois tentavam manter as regras atuais para o cálculo das aposentadorias e da pensão por morte.

O governo conseguiu derrubar, inclusive, o destaque que retirava a idade mínima para que servidores possam receber aposentadoria integral. Os deputados sofreram grande pressão dos funcionários públicos nas últimas semanas para que o texto fosse mudado.

Hoje, os servidores que ingressaram antes de 2003 podem se aposentar com a integralidade do salário. Também é garantida a paridade com os reajustes concedidos aos servidores da ativa. O texto que vai a plenário, contudo, fixa uma idade mínima para esses benefícios, de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

OS PRINCIPAIS PONTOS

IDADE MÍNIMA E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. Acaba a possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de serviço no INSS (hoje, após 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres), bem como a fórmula 85/95. A reforma institui dois parâmetros para a solicitação de aposentadoria após a sua promulgação: idade mínima e tempo mínimo de contribuição.

A idade mínima será diferente para homens e mulheres e progressiva, ou seja, evoluirá como uma escadinha, levando em consideração uma combinação entre a idade do trabalhador e seu tempo de contribuição.

Para os trabalhadores do setor privado (INSS) e servidores públicos, o tempo mínimo de contribuição será de 25 anos. A exceção são os trabalhadores rurais, que terão tempo mínimo de contribuição de 15 anos.

Já a idade mínima começará aos 53 anos, para as mulheres, e aos 55 anos, para os homens. Essa idade vai subir um ano a cada dois anos, tanto para mulheres quanto para homens, a partir de janeiro de 2020. Ao fim de 18 anos, encerrada a chamada transição, todas as mulheres só poderão se aposentar aos 62 anos. Já a transição para os homens será encerrada em 20 anos, quando todos terão de cumprir a

idade mínima de 65 anos. Como as idades mínimas para aposentadoria vão subir ao longo do tempo e de forma diferenciada, os trabalhadores terão de se orientar pelas tabelas que combinam idade e tempo de contribuição para requerer o benefício.

REGRAS DE TRANSIÇÃO Além da idade mínima e da contribuição por ao menos 25 anos, os trabalhadores terão de adicionar ao seu cálculo para aposentadoria um pedágio de 30% sobre o tempo de contribuição que falta para requerer o benefício pelas regras atuais. Mas, no momento em que os segurados completarem o pedágio, eles precisam olhar a idade mínima definida na tabela. Um homem que tem hoje 52 anos e 33 anos de contribuição, pelas regras atuais poderia se aposentar por tempo de contribuição em dois anos, aos 54 anos. Porém, terá de pagar pedágio de 30% sobre esses dois anos, ou seja, terá de trabalhar cerca de 8 meses adicionais. Mas, mesmo após cumprir o pedágio, ele ainda estaria abaixo da idade mínima de 55 anos, piso para todos os homens, e teria de esperar mais quatro meses para solicitar aposentadoria.

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. Também serão submetidos à regra de transição da reforma, com pedágio de 30%, idade mínima progressiva e tempo mínimo de contribuição. Os pontos de partida, porém, serão diferentes, porque já há idade mínima para os





servidores federais, atualmente de 55anos, para mulheres, e de 60, para homens. A escadinha, portanto, começará aos 55 anos para as servidoras e aos 60 anos para os servidores. Tanto para as mulheres como para os homens haverá aumento de um ano na idade mínima a cada dois anos, a partir de 2020. Dessa forma, para os servidores, a transição estará completa em 2028: a partir dessa data, eles só poderão se aposentar aos 65 anos. No caso das servidoras, a transição se encerrará em 2032, quando elas só poderão se aposentar aos 62 anos.

SERVIDORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS O relatório final prevê que as novas regras criadas para os servidores públicos federais, incluindo professores e policiais, valham também para o funcionalismo dos estados e municípios. Para ter regras diferenciadas, governadores e prefeitos terão de aprovar reformas nos seus regimes próprios em um prazo de até seis meses. Se não o fizerem nesse período, não poderão mais fazer.

VALOR DA APOSENTADORIA Para conseguir a aposentadoria integral, serão necessários 40 anos de contribuição. O valor inicial do benefício, após 25 anos de contribuição, será de 70% de todos os salários desde 1994. Para incentivar o trabalhador a ficar mais tempo na ativa, ele ganhará uma parcela a mais por cada ano adicional de contribuição. Do 26° ao 30° ano

de contribuição, cada ano adicional aumenta o valor do benefício em 1,5 ponto percentual. Ou seja, quem contribuir por 27 anos vai receber 73% do valor do benefício. Se contribuir por 30 anos, garante 77,5%. Do 31° ao 35° ano, cada ano adicional aumenta o valor do benefício em dois pontos percentuais. Quem contribuir por 33 anos terá direito a 83,5% do benefício cheio e, aos 35 anos, alcança 87,5% do benefício. Do 36° ao 40° ano, cada ano adicional aumenta o valor do benefício em 2,5 pontos percentuais. Quem contribuir por 37 anos terá direito a 92,5% da aposentadoria integral. Aos 40 anos, chega aos 100%.

BENEFÍCIO DO SERVIDOR PÚBLICO. Para os servidores públicos federais admitidos após 2003, vale a mesma regra do INSS: aposentadoria inicial de 70% com ganhos adicionais por ano a mais de contribuição. Quem entrou até 2003 terá que atingir idade de 65 anos (homem) e 62 anos (mulher) para ter acesso aos benefícios da integralidade (último salário da carreira) e paridade (mesmos reajustes do pessoal da ativa). Quem quiser se aposentar antes terá o benefício calculado com base em 100% das contribuições realizadas, limitado ao teto do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

ACÚMULO DE BENEFÍCIOS Trabalhadores poderão acumular aposentadoria e pensão, no limite de dois salários mínimos. O trabalhador

terá a opção de optar pelo benefício de maior valor, caso a combinação de aposentadoria e pensão supere o limite. Trabalhadores que já acumulam aposentadoria e pensão atualmente têm direito adquirido, portanto nada muda.

TRABALHADORES RURAIS As regras vão mudar para trabalhadores do campo sem carteira assinada, agricultura familiar e pescadores artesanais. Hoje, basta ter 55 anos (mulher) e 60 anos (homem) e comprovar 15 anos de atividade rural. Agora, a idade mínima de 55 anos das mulheres subirá um ano a cada dois anos, a partir de 2020, até que ela se aposente aos 57 anos. Para os homens, a idade mínima não muda. Porém, será criada, em até dois anos, uma contribuição previdenciária, com tempo mínimo de 15 anos de recolhimento. Será um percentual sobre o salário mínimo, tão ou mais baixo que o do MEI (de até 5% sobre o salário mínimo).

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS. Pessoas com deficiência e idosos de baixa renda continuarão a ter direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujo valor permanecerá sendo reajustado pelo mesmo percentual de aumento do salário mínimo. Nada muda para os deficientes. Para os idosos, a idade mínima de solicitação começará nos atuais 65 anos e subirá um ano a cada dois anos a partir de janeiro de 2020, até chegar aos 68 anos.

Planalto negocia apoio integral da bancada do PMDB à Previdência

Dos 64 deputados, pelo menos 20 ameaçam votar contra as novas regras

Geralda Doca, Cristiane Jungblut e Marcello Correa

-Brasília- A aprovação da reforma da Previdência esbarra em pelo menos dois obstáculos: as dificuldades internas do PMDB em fechar posição em torno da proposta, para dar o exemplo a outros partidos; e a votação mais demorada da proposta trabalhista no Senado, que não deverá levar menos de três semanas. Segundo relatos de peemedebistas, entre os 64 parlamentares da legenda na Câmara, há pelo menos 20 dissidentes que ameaçam votar contra a proposta de mudanças no sistema previdenciário. Um dos núcleos de resistência é a bancada do Rio — dos 11 integrantes, cinco já declaram voto contrário.

Por isso, os ministros políticos do PMDB, com aval do presidente Michel Temer, começaram a articular a adesão integral da bancada do partido à proposta. A avaliação é que, sem o embarque total da sigla de Temer à reforma, fica reduzida a capacidade de apelo do Planalto aos demais aliados, como DEM e PSDB, fundamentais à aprovação do texto, que precisa de 308 votos. O líder peemedebista na Câmara, Baleia Rossi (SP), foi encarregado

de conversar com todos os 64 deputados para tentar apresentar ao presidente do PMDB, senador Romero Jucá (RR), a decisão da bancada já na próxima semana.

Jucá declarou que seu partido ainda não decidiu se fechará ou não posição sobre a reforma da Previdência. Segundo ele, o partido ainda não foi provocado por sua bancada de deputados.

— Primeiro, a gente quer ouvir o que a bancada tem a dizer, para levar para a executiva (do partido). O fechamento de questão não é uma posição de presidente, é uma posição da executiva, então cada coisa a seu tempo.

Os líderes dos partidos aliados admitem que o fechamento de questão por parte do PMDB é importante para incentivar outras bancadas a fazerem o mesmo. Isso, no entanto, não será automático.

O líder do PSDB na Câmara, Ricardo Trípoli (SP), disse que o fechamento de questão não está em discussão no partido. Ele destacou que os integrantes da bancada na comissão especial foram orientados a rejeitar todos os destaques para preservar o texto final da reforma aprovado na semana passada. No entanto, segundo ele, o principal aliado do Planalto defende alterações quando a proposta for apreciada pelo plenário da Casa. —

Aprovamos o texto aqui na comissão. No plenário, é outra coisa — disse Trípoli.

Para o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), seu partido tem demonstrado apoio, como na aprovação da reforma trabalhista na Câmara. Portanto, ele não vê necessidade no fechamento de posição. Já o líder do PRB, Beto Mansur (SP), admite que a dificuldade interna do PMDB em fechar questão é um dos principais obstáculos à aprovação da reforma da Previdência; o outro é a reforma trabalhista no Senado: — Os deputados estão com receio de aprovar, e, depois, o Senado mudar.

Trabalhista é entrave

O estatuto do PMDB não prevê o afastamento automático de quem votar contra a decisão da bancada. Mas uma cláusula permite afastamento por até 12 meses em caso de "grave inobservância por ação ou injustificada omissão de princípios de unidade de ação e disciplina de votos" da bancada.

No caso da reforma trabalhista, o ideal, para os líderes da base aliada, seria se o projeto passasse mais rapidamente no Senado, sem alterações. A demora na tramitação da matéria teria como consequência o retardamento da votação da reforma da Previdência.

Governo já admite ajustes na reforma trabalhista

Modificações, no entanto, seriam feitas por medida provisória, somente após aprovação do texto no Senado

Letícia Fernandes, Júnia Gama e Eduardo Barretto

-Brasília- Na pressa de aprovar o quanto antes a reforma trabalhista no Senado, o presidente Michel Temer prometeu ontem pela manhã, em reunião com senadores da bancada do PMDB, que eventuais ajustes na proposta poderão ser feitos depois da votação na matéria na Casa, por meio de uma medida provisória (MP). A MP, que só será editada após a aprovação da proposta do governo, também deverá conter salvaguardas e garantias a trabalhadores que não foram incluídas na recém-sancionada lei da terceirização. — É evidente que o governo tem pressa na reforma trabalhista no Senado, e Temer pediu empenho da bancada para votar a matéria, ouvindo ponderações e dizendo que eventuais correções no texto podem acontecer por meio de uma edição

de MP no futuro — afirmou um interlocutor do governo.

Por outro lado, ao contrário do que desejava o governo, a tramitação da reforma trabalhista no Senado não se dará com urgência. Em reunião com líderes no fim da tarde de ontem, o presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que irá aguardar a votação da reforma em cada uma das três comissões designadas para analisá-la para, somente depois, incluir a matéria na pauta do plenário. A previsão é que esse rito não esteja concluído em menos de três semanas. — Se houver conveniência, tanto do Senado, como do presidente da República, ele se comprometeu a não criar dificuldades, e, se fosse o caso, faria inclusive uma medida provisória para contemplar, se houvesse uma negociação de líderes, aquilo que fosse consenso, para que a matéria não voltasse à Câmara — observou Eunício.

Crítico das reformas trabalhista e previdenciária, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL),

elogiou Temer após a reunião, mas afirmou que continua "sem convicção" em relação às mudanças. Ele disse que a reunião foi "boa de debate"; mas reafirmou sua posição: — É preciso colocar a reforma trabalhista em outro patamar de discussão, e o papel do Senado é este. Espero que não haja necessidade de o presidente editar uma MP para corrigir equívocos da reforma trabalhista, porque o papel do Congresso é construir convergência para tornar a edição de uma MP desnecessária. Não se pode partir do pressuposto de que o Senado não vai discutir a matéria, que vai ter que deliberar de acordo com o cronograma preestabelecido pela outra casa do Congresso. Nosso papel é discutir.

De acordo com relatos de participantes da reunião, o líder do governo, senador Ro-mero Jucá (PMDB-RR), tentou argumentar a favor da agilização dos trâmites da reforma. Mas Eunício reafirmou que havia se comprometido a não votar a urgência em plenário e respeitar a atuação das comissões da Casa.

Gilmar diz que não vai se declarar impedido, e caso deve ir ao plenário



Gilmar. Recurso de Eike não é do escritório em que sua mulher atua



Janot. Filha do procurador-geral trabalha por delação da OAS

Procurador-geral fez pedido contra o ministro, que rebateu: “O STF que resolva”

CRISTIANE JUNGBLUT

-BRASÍLIA- Um clima de guerra se instalou entre o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Gilmar Mendes não vai se considerar impedido no caso do empresário Eike Batista, apesar do pedido de Janot neste sentido. Em conversas

com amigos, Gilmar disse que cabe ao Supremo se manifestar e resolver a questão. Janot solicitou ao STF que seja declarada a suspeição de Gilmar porque a mulher dele, Guiomar Mendes, integra o escritório de advocacia de Sergio Bermudes, representante de Eike em vários processos.

O pedido de Janot terá que ser examinado pelo plenário do Supremo, mas sem data prevista. Gilmar tem dito a outros ministros do Supremo que Janot faz confusão e

que aplica de forma errada o Código de Processo Civil. O escritório de Bermudes atua em ações cíveis relacionadas a Eike e não junto ao Supremo. — Estou muito tranquilo. De jeito nenhum vou me declarar impedido. O STF que resolva (sobre o pedido) — disse Gilmar, segundo amigos. No Supremo, outros ministros têm ligação com pessoas que atuam em escritórios. Por isso, Gilmar teria apoio de colegas. De acordo com Janot, o ministro não poderia atuar como relator do habeas corpus por conta da atuação da mulher Guiomar na banca do advogado Sergio Bermudes.

FILHA DE JANOT ATUA PARA OAS

A assessoria de Gilmar negou, em nota, que haja impedimento de atuação do ministro porque o recurso de Eike não tem como advogado o escritório de Sergio Bermudes. “Cabe lembrar que no início de abril o ministro Gilmar negou pedido de soltura do empresário e, na oportunidade, não houve questionamento sobre sua atuação no caso”, diz comunicado da assessoria. Em conversas com amigos, Gilmar disse que Janot também deveria se considerar impedido em vários casos, diante da situação que envolve a filha do procurador-geral. A advogada Leticia Ladeira Monteiro de Barros, filha de Janot, atua para a empreiteira





OAS, empresa que tenta fechar um acordo de delação premiada no âmbito da Lava- Jato.

Em nota, a Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou que Janot não participa das negociações com a OAS, que ainda não celebrou o acordo e que no ano passado as tratativas chegaram a ser suspensas por decisão dele. As desavenças entre Janot e Gilmar mostram um embate dentro do Judiciário. Há ministros que avaliam que o procurador está preocupado com sua sucessão no comando do Ministério Público e que estaria “enfraquecido”. Janot costuma criticar o trânsito de Gilmar junto ao presidente Michel Temer.

Nos finais de semana, Gilmar costuma se reunir com Temer. Em outras ocasiões, o ministro participa de jantares na residência do presidente. Nos bastidores, Gilmar se mostra irritado com as acusações de Janot. O ministro tem em mãos, inclusive, uma manifestação do

colega Edson Fachin com decisão em que o Código de Processo Civil não se aplica no caso das suspeições, como alega Janot. O fato de outros ministros terem parentes trabalhando em escritórios faz o ministro acreditar que o pedido de Janot não vai prosperar no Supremo.

Gilmar tem dito que se considerou impedido no julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dos mandatos do governador do Amazonas, José Melo (PROS), e de seu vice, José Henrique de Oliveira (SD), justamente porque o escritório de Bermudes atuava. O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo, disse ontem que é “constrangedor” o desentendimento entre o colega Gilmar e o procurador-geral da República. — É algo indesejável. Estou há 38 anos no Judiciário e nunca enfrentei uma exceção de suspeição, de impedimento de colega. É constrangedor e ruim para o Judiciário como um todo — disse Marco Aurélio sobre o pedido do PGR.

CÁRMEN LÚCIA DECIDE JULGAMENTO

Recentemente, Gilmar acusou a PGR de vazar informações de investigações sigilosas. Em resposta, Janot disse que o ministro sofria de “disenteria verbal”. O episódio de ontem só reforça o clima de inimizade entre os dois. Para Marco Aurélio, esse tipo de ação é “muito sério”. — Já estava uma situação delicada quanto ao deslocamento do habeas corpus do Palocci. Agora então... Vamos ver. Que eles fumem o cachimbo da paz — desejou Marco Aurélio.

O ministro disse que caberá à presidente, ministra Cármen Lúcia, a decisão de levar a julgamento em plenário a ação de Janot contra Gilmar. Marco Aurélio lembrou que nunca houve esse tipo de processo no STF. — Temos que aguardar. A hora é de temperança e serenidade. Vamos esperar os próximos capítulos da novela. Por enquanto, só estou na plateia — disse. (Colaborou Carolina Brígido)

Defesa de Dilma pede investigação de delatores por falso testemunho

Em alegações finais ao TSE, advogados defendem que chapa não pode ser dividida

EDUARDO BRESCIANI

BRASÍLIA- Os advogados da ex-presidente Dilma Rousseff defenderam em alegações finais no processo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que discute a cassação da sua chapa com Michel Temer que os delatores Marcelo Odebrecht, João Santana e Mônica Moura sejam processados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por falso testemunho. Ao mesmo tempo, pediram que sejam encaminhadas para outros processos informações de delatores sobre supostas irregularidades na campanha do senador Aécio Neves (PSDB), seu adversário na disputa eleitoral de 2014 e que também responde a processo na Corte que analisa sua prestação de contas. O documento combate ainda a tese da defesa de Temer sobre a indivisibilidade da chapa, argumentando que eles devem ser julgados de forma conjunta.

A defesa rebate os pontos da acusação negando que tenha havido dinheiro do esquema de corrupção na Petrobras na campanha de Dilma. Sustenta que as acusações feitas por delatores ouvidos no processo são falsas e pede que seja

aberta uma investigação por falso testemunho, bem como se avaliem os benefícios concedidos a eles por meio do instrumento de delação premiada. “Evidenciadas as afirmações falsas prestadas por Marcelo Odebrecht, Mônica Moura e João Santana perante o Tribunal Superior Eleitoral, requer a defesa de Dilma Rousseff não apenas que sejam desconsiderados tais depoimentos como meio de prova no presente processo, mas também sejam expedidos ofícios tanto ao Ministério Público Federal, como ao eminente ministro Edson Fachin (STF), para adoção de medidas atinentes à prática de crime de falso testemunho, bem como para perda dos benefícios do regime de colaboração premiada”, solicita a defesa de Dilma.

DEPOIMENTOS CONTRA AÉCIO

Nas conclusões do documento de 285 páginas, a defesa solicita que depoimentos dados por delatores sejam usados como base contra Aécio tanto na ação no TSE, que analisa a campanha do tucano em 2014, quanto para que a Procuradoria-Geral da República entre com um pedido de inquérito contra o senador no STF por caixa dois. Além do depoimento de Marcelo, a defesa de Dilma solicita o envio das declarações dadas por

Benedicto Júnior e Maria Lúcia Tavares, ex-funcionários da empreiteira Odebrecht. O advogado de Aécio, José Eduardo Alckmin divulgou nota afirmando que a defesa do PT “busca mais uma vez induzir a opinião pública a erro na tentativa de desviar o foco das graves ilegalidades cometidas na campanha presidencial do partido em 2014.

Como já foi divulgado pela própria imprensa, em seu depoimento ao TSE Marcelo Odebrecht afirmou que as doações à campanha do PSDB em 2014 foram todas oficiais, dentro do que determinava a legislação em vigor à época”. A defesa de Dilma rebate a tese de separação da chapa, que consta na defesa do presidente Temer. Como elemento novo, agrega uma declaração de João Santana afirmando que Temer gerou uma prova contra si próprio por ter insistido em gravar vídeos para a campanha. “Por causa dessa pressão dele, ele terminou gerando, digamos, uma prova contra ele, porque ele entrou duas ou três vezes em gravação de programas só porque insistiu. Então, tem lá inclusive as datas. Então, se o dinheiro da campanha da presidente Dilma está contaminado e o programa foi pago, em parte, com esse dinheiro, então ele participou destes programas também”, disse Santana.

Temer intensifica encontros com senadores do PMDB

Por Andrea Jubé, Vandson Lima e Bruno Peres | De Brasília



Jucá: líder do governo, o pemedebista afirmou que o governo trabalhará por uma tramitação acelerada na Casa.

Na reunião com 19 dos 22 senadores do PMDB, ontem no Palácio do Planalto, o presidente Michel Temer pediu, de forma veemente, o apoio da bancada às reformas trabalhista e da Previdência Social. A dissidência aberta pelo líder pemedebista, Renan Calheiros (AL), dividiu os senadores e acendeu o sinal amarelo no governo. Como estratégia para se contrapor à oposição do líder da bancada, Temer investirá no corpo a corpo com cada senador. O governo também atuará para acelerar a votação da reforma trabalhista no Senado e levá-la direto para o plenário.

"Debater é importante e necessário, mas quero lembrá-los que vocês são do PMDB, e o PMDB é o partido do governo. Se o governo perder, a derrota é de

vocês também", advertiu o presidente aos correligionários durante a reunião no Planalto.

Para atenuar a oposição de Renan Calheiros, Michel Temer multiplicará as reuniões individuais com os senadores. Ontem estava previsto um jantar, no Palácio do Jaburu, com o senador Jader Barbalho (PA), ex-presidente do PMDB e visto como uma "instituição" no partido, capaz de influenciar vários votos na bancada. Além disso, Jader é um dos nomes mais próximos de Renan. Ele pode atuar como interlocutor para que Renan reveja a postura de oposição contra as reformas.

Na segunda-feira, Temer reuniu em um jantar reservado o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) e a esposa dele, Sandra Braga, que é sua suplente no Senado. Foi uma reunião íntima dos dois casais - Temer e a primeira-dama Marcela, Eduardo e Sandra. Se o senador decidir se licenciar para concorrer ao governo do Amazonas, caberá a Sandra o voto do PMDB nas reformas trabalhista e previdenciária.

Para evitar que o Senado faça mudanças que obriguem a devolução do projeto da reforma trabalhista para a Câmara, o governo abriu, na reunião de ontem, as negociações sobre possíveis vetos, conjugados com a edição de medida provisória para corrigir possíveis excessos da

nova legislação.

Durante a reunião com Temer, além de Renan, mais dois senadores formalizaram pedidos de mudanças no texto da reforma trabalhista, que se forem empreendidas, podem contribuir para a aprovação da matéria.

Tanto Renan quanto Eduardo Braga questionaram o risco de excessiva "pejotização". Ambos afirmam que o texto aprovado na Câmara não traz dispositivos específicos para evitar a substituição das vagas com carteiras assinadas nas empresas pelos profissionais autônomos, registrados na forma de pessoas jurídicas que se tornam prestadores de serviços.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) pediu que Temer veto o dispositivo que prevê a inversão do ônus da prova no caso de gestantes ou lactantes que eventualmente sejam acomodadas em locais de trabalho insalubres.

No fim da reunião, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o governo trabalhará por uma tramitação acelerada na Casa, inclusive com a apresentação de relatórios de forma simultânea pelas três comissões que analisarão a matéria e a possibilidade da aprovação de um regime de urgência para o plenário.





O governo já conseguiu reduzir o número de audiências públicas que os senadores querem promover para discutir a reforma, de sete para apenas duas. Jucá prevê que a fase de audiências públicas nas comissões termine por volta do dia 15 deste mês.

Na sequência, Jucá precisará de 54 votos para aprovar um requerimento de urgência, o que deixaria a matéria pronta para ser votada imediatamente no plenário do Senado.

Ontem, Jucá ainda se reuniu com representantes de centrais sindicais em seu gabinete no Senado para ouvir as propostas das centrais, que se veem ameaçadas com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical e pressionam por mudanças no texto. Depois, Jucá se reuniu com Temer para apresentar as demandas dos sindicalistas. (Colaborou Fabio Murakawa)

Governo vai atrás do voto evangélico para a reforma

Por Raphael Di Cunto, Edna Simão e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Com a igreja católica oficialmente contrária à reforma da Previdência, o governo tenta se aproximar dos evangélicos e está disposto a destravar as concessões de rádio e TV no Ministério das Comunicações, além de apoiar projeto que isenta de IPTU tempos religiosos alugados, em troca de votos favoráveis à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, aprovada ontem em comissão especial e que seguirá para o plenário da Câmara.

A estratégia do governo, além de intensificar o corpo a corpo, é fazer afagos aos setores da Câmara para conseguir assegurar os 308 votos necessários para aprovação da matéria em plenário. Para a bancada ruralista, por exemplo, a promessa é editar uma medida provisória nos próximos dias para permitir a renegociação das dívidas do chamado Funrural.

Ontem, a comissão que discutia a reforma finalizou a análise do parecer do deputado Arthur Maia (PPS-BA), rejeitando nove dos 10 destaques que propunham mudanças, após nove horas e meia de discussão. A ideia era terminar todo o processo na semana passada, mas a invasão do plenário por

agentes penitenciários fez com que a reunião fosse suspensa por uma semana.

Para garantir a votação, a Câmara reforçou a segurança para impedir uma nova invasão dos agentes penitenciários, que pressionam para ter direito à aposentadoria especial assim como policiais federais e legislativos. O deputado Beto Mansur (PRB-SP), um dos principais aliados do presidente Michel Temer no Congresso, disse que, ao tentarem invadir a Câmara novamente, os agentes ficam ainda mais distantes de conseguirem que sua demanda seja atendida. "Acho que é pior para eles. Eles podem ter direitos desde que reivindiquem na palavra. Na força, ninguém vai conseguir", disse.

Esse tema polêmico foi empurrado para decisão do plenário, assim como a reivindicação dos servidores públicos, que entraram para o funcionalismo antes de 2003, de alterar a regra de transição para garantir a integralidade e paridade do valor da aposentadoria sem ter que atingir a idade mínima de 62 anos, se mulher, e de 65 anos, se homem.

Apesar da pressa do Executivo em aprovar a reforma em plenário ainda em maio, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já avisou que quem define a data é a Casa. "Quem decide sobre o cronograma é a Câmara", frisou,

após o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, ter dito que a matéria deveria ser votada entre os dias 24 e 31.

Mansur afirmou que um eventual fechamento de questão dos principais partidos da base governista podem desencadear uma onda favorável a reforma. "Acho fundamental que PMDB e PSDB, maiores partidos da Casa, fechem questão em torno dessa reforma. Até para poder puxar os partidos menores. É importante que o partido do presidente, o PMDB, feche questão", defendeu.

Enquanto a votação no plenário não acontece, interlocutores do governo têm procurado parlamentares da bancada evangélica oferecendo destravar concessões de rádio e TV em troca de "diálogo", relata o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), ligado ao pastor Silas Malafaia, que comanda o ministério Vitória em Cristo e terá reunião com Temer dia 18.

"Mas isso [destravar a burocracia] não vai mudar nossa opinião, o projeto está muito ruim. Só não negamos o diálogo porque isso é da política, mas a reunião não será, de modo nenhum, para declararmos apoio", afirmou Cavalcante. "Somos a favor da reforma, mas estamos todo domingo na igreja e a população não concorda com esse texto", disse.





Também voltou à pauta da Câmara a proposta de emenda à Constituição (PEC) que isenta templos religiosos de pagarem IPTU em locais alugados - essas instituições já têm isenção dos prédios próprios. Mas a bancada evangélica, com cerca de 70 votos na Câmara, nega que esse projeto seja afago por votos para a reforma. Além de Malafaia, outros líderes evangélicos estão sendo procurados pelo governo.

A tentativa é que façam a interlocução com as camadas mais pobres, pregando que a proposta não vai tirar direitos, mas acabar com privilégios dos mais ricos e garantir o pagamento das aposentadorias - discurso reproduzido na propaganda institucional.

Com a rejeição de nove dos 10 destaques apresentados para alterar o parecer que altera as regras das aposentadorias no país, foi mantido o tempo de contribuição de 25 anos exigido na aposentadoria por idade, assim como a criação de uma contribuição individual para o agricultor familiar, o aumento gradual de 65 para 68 da idade exigida para requerer o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as novas regras de cálculo das aposentadorias e pensão por morte.

O único destaque aprovado manteve nas mãos da Justiça Estadual decisão sobre questionados relacionados aos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Servidor ganha 12 vezes mais que aposentado do INSS

Por Edna Simão e Raphael Di Cunto | De Brasília

Enquanto os trabalhadores que se aposentam pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) receberam um benefício previdenciário médio de R\$ 1.291,48 no ano passado, os servidores públicos federais, do Ministério Público, Poder Legislativo e Judiciário tiveram uma aposentadoria média de R\$ 15.373,97. O caso mais destoante dentre os servidores é o do Poder Legislativo, cuja aposentadoria média foi de R\$ 24.844,81, seguido pelo Judiciário (R\$ 16.963,07); Ministério Público (R\$ 12.002,90) e servidores públicos federais (R\$ 7.465,13).

Os dados constam de Relatório da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), anexado à Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2018, encaminhada em março pelo governo ao Congresso Nacional, e refletem as discrepâncias das regras de concessão de aposentadorias dos servidores públicos e privados. Considerando esses dados, a projeção de déficit do RPPS é de R\$ 71,389 bilhões para este ano e R\$ 77,676 bilhões em 2018.

Apesar da discrepância de valores, os servidores públicos pressionam os parlamentares por mudanças na regra de transição de aposentadoria para quem ingressou no funcionalismo até 2003. Eles querem derrubar artigo do parecer que estabelece que terão que atingir a idade mínima de 62 anos se mulheres e 65 anos se homens se quiserem garantir a integralidade e paridade de sua aposentadoria, ou seja, um valor equivalente ao último salário e reajustes iguais aos da ativa.

Segundo o relator da reforma, deputado Arthur Maia (PPS-BA), se aprovadas as alterações nas regras de concessão e aposentadoria, todos os servidores públicos que ingressaram na administração pública a partir de 2013 estarão submetidos ao teto do INSS, que atualmente é de R\$ R\$ 5.531,31, ou seja, essas diferenças, principalmente entre trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público, devem diminuir ao longo do tempo.

Quem entrou entre 2003 e 2013 poderá receber valor acima do teto do INSS, mas não terá mais direito à paridade e integralidade - ficará com a média dos salários de contribuição. O projeto prevê que trabalhadores da iniciativa privada e

serviço público tenham idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, com 25 anos de contribuição para o INSS.

A PLDO de 2018 aponta ainda que o Poder Executivo possui 390.196 aposentados, sendo 188.446 homens e 201.750 mulheres. No Ministério Público, são 1.975 aposentados (823 homens e 1.152 mulheres). No Poder Legislativo são 7.830 aposentados (4.222 homens e 3.608 mulheres) e no Judiciário mais 22.583 aposentados (8.728 homens e 13.855 mulheres).

Pelo documento, o déficit atuarial calculado para 2016, que foi de R\$ 1,243 trilhão, passou para R\$ 1,365 trilhão em 2017, o que representa aumento na estimativa de R\$ 121 bilhão ou de 9,71%. O resultado atuarial corresponde ao valor necessário para pagar à vista a aposentadoria de todos os servidores públicos. "A aprovação da reforma da Previdência terá impacto no resultado das avaliações atuariais dos próximos exercícios", destaca o relatório, elaborado antes das mudanças feitas pelos deputados no projeto.